

## Projeto de Resolução n.º 920/XV/2.ª

## Recomenda ao Governo que se posicione firmemente contra a limpeza étnica da população arménia no Nagorno-Karabakh

À medida que se assiste ao agravamento da ofensiva militar do Azerbaijão na autoproclamada República do Nagorno-Karabakh, milhares de pessoas tentam passagem segura para a Arménia através do Corredor de Lanchin, numa região que balançava num equilíbrio frágil que se vinha a desmoronar desde 2022, altura em que a Rússia focou toda a sua atenção na invasão da Ucrânia.

O bloqueio do território secessionista, que desde 2020 era reconhecido internacionalmente como estando sob controlo do Azerbaijão, durava há 10 meses e culmina agora numa escalada dos confrontos entre duas forças muito desiguais. Os militares arménios na região contestada foram forçados na semana passada a um cessar-fogo, perante a operação militar de 24 horas levada a cabo pelo exército do Azerbaijão. Desde então, e segundo o Governo Arménio, foram já acolhidos cerca de 13 mil refugiados, num processo que estará apenas a começar.

O LIVRE lamenta profundamente a situação de grande insegurança e a perda de vida humana que resultam deste confronto. O respeito pelas fronteiras internacionalmente reconhecidas do Azerbaijão é um valor que não dispensa o governo e as tropas deste país de respeitar os direitos da minoria arménia, igualmente consagrados no direito internacional.

Perante relatos de escassez severa de recursos e bens fundamentais, e notícias de explosões em locais onde civis tentavam suprir necessidades básicas para a sua sobrevivência, Portugal e a Europa têm a obrigação moral de demonstrar toda a sua solidariedade para com uma população que está a ser alvo de uma tentativa de limpeza étnica. É urgente enviar uma mensagem clara e inequívoca de apoio a qualquer iniciativa diplomática que contribua para um armistício, com a saída segura



da população arménia no enclave, e um regresso à mesa das negociações das partes intervenientes.

Reiterando que o respeito pelas fronteiras internacionalmente reconhecidas do Azerbaijão é um valor que não dispensa as instituições deste país de respeitar os direitos da população arménia tal como consagrados no direito internacional, é de enorme importância que o Governo português tome uma posição firme contra esta limpeza étnica em curso.

Assim, Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o deputado do LIVRE propõe à Assembleia da República que, através do presente Projeto de Resolução, delibere recomendar ao Governo que:

- 1. Se posicione firmemente, em todas as instâncias pertinentes, contra a limpeza étnica da população arménia em Nagorno-Karabakh
- 2. Encete todos os esforços que estejam ao seu alcance com vista à criação de uma iniciativa diplomática que contribua para um armistício
- 3. Contribua para uma solução que permita uma saída segura da população arménia do enclave de Nagorno-Karabakh, de maneira a proteger vidas
- 4. Se una a todos os que, nas instituições internacionais pertinentes, contribuam para a construção de um caminho de regresso à mesa de negociações das partes intervenientes no conflito

Assembleia da República, 28 de setembro de 2023

O Deputado do LIVRE

Rui Tavares